

Radar Político da Saúde

Um balanço do monitoramento
do IEPS sobre temas estratégicos
para aprimorar a Saúde no Brasil



Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) que oferece um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas estratégicos para a saúde no Brasil.

O material busca fornecer à sociedade civil um panorama conciso sobre pautas, projetos e deliberações que impactam a saúde pública, contribuindo para o fortalecimento do controle social e da participação nos debates sanitários.

As informações sistematizadas nesta edição resultam do monitoramento contínuo de aproximadamente duzentas palavras-chave definidas como estratégicas para a atuação de incidência política do IEPS. O acompanhamento é realizado com base em sites oficiais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Executivo e de outros órgãos relevantes, além de portais de notícias e outras fontes públicas. A produção do conteúdo é feita pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria Eixo Estratégia Política.

O QUE ACOMPANHAMOS DE PERTO?

Legislativo

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

Executivo

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Ministério da Educação; e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

Sumário

Destaques da saúde pública em julho e agosto de 2025 7

Saúde Mental 9


- Congresso aprova PL sobre proteção de crianças em ambientes digitais
- Audiência discute apostas esportivas e saúde mental
- Judiciário divulga 2º relatório da Política Antimanicomial
- Alagoas implementa Política Antimanicomial com fechamento de hospital judiciário
- Plataforma com IA é lançada para saúde mental na atenção primária

Atenção Especializada 13

- Novidades do programa Agora Tem Especialistas

Saúde Suplementar 15

- Indicações para diretorias da Anvisa e ANS
- ANS publica 9ª edição do Panorama da Saúde Suplementar
- ANS define reajuste para planos antigos

Essa publicação contém [links clicáveis](#) para aprofundamento 

Sumário

Vigilância em Saúde

16

- Câmara aprova criação da Força Nacional do SUS
- Cobertura vacinal contra HPV supera média global
- Ministério da Saúde encerra oficinas sobre doenças crônicas

Recursos Humanos

17

- Ministério da Saúde inicia Censo da Força de Trabalho em Saúde
- Governo anuncia supervisão de cursos de medicina a partir do Enamed
- AfirmaSUS seleciona projetos para reorientar a formação
- Mais Médicos amplia atuação em municípios e DSEIs
- Comissão debate PEC sobre agentes comunitários de saúde e de endemias

Orçamento da Saúde

21

- Executivo envia proposta orçamentária da saúde para 2026

Sumário

Atenção Primária **21**

- Conass e Conasems lançam vídeos sobre financiamento da atenção primária
- AgSUS investe em equipamentos para Unidades Básicas de Saúde

Saúde Digital **22**

- Rede Nacional de Dados em Saúde é oficializada e passa a integrar dados do SUS e da saúde suplementar

O que foi apresentado no Congresso Nacional **23**

Destaques da saúde pública em maio e junho de 2025

Esta edição do Radar da Saúde acompanha as movimentações do Executivo e do Legislativo entre julho e agosto de 2025, em um período marcado por avanços na organização do sistema e por desafios em áreas específicas.

O programa Agora Tem Especialistas seguiu no centro da agenda, com credenciamentos, mutirões e início de atendimentos em hospitais privados. No campo da saúde suplementar, o destaque foi a aprovação de novos diretores para a Anvisa e a ANS, além da definição de reajustes para planos antigos.

Já na saúde mental, iniciativas envolveram Legislativo, Executivo e Judiciário, com medidas voltadas à proteção de crianças no ambiente digital, ao fortalecimento da Política Antimanicomial e à ampliação da atenção psicossocial.

Na área orçamentária, o Executivo encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, que prevê R\$ 222,2 bilhões para despesas em saúde, alta de 5,8% em relação a 2025, com crescimento dos recursos destinados à assistência hospitalar e ambulatorial e redução em áreas como desenvolvimento tecnológico e saúde indígena.

Na vigilância em saúde, o destaque foi o avanço do projeto de lei que cria a Força Nacional do SUS, além da divulgação de dados que mostram resultados positivos da vacinação contra HPV. Em recursos humanos, o governo iniciou o Censo da Força de Trabalho em Saúde, lançou o AfirmaSUS e ampliou a atuação do Mais Médicos. No Legislativo, avançou o debate sobre a valorização dos agentes comunitários, marcado por divergências sobre o impacto financeiro para os municípios.

Por fim, a saúde digital consolidou novos marcos, com a oficialização da Rede Nacional de Dados em Saúde e a integração inédita entre dados do SUS e da saúde suplementar, sinalizando mudanças estruturais na gestão do sistema.

Saúde Mental

Congresso aprova PL sobre proteção de crianças em ambientes digitais

O Congresso Nacional aprovou o [PL 2628/2022](#), de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB/SE), que cria regras para a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. A tramitação ganhou força após denúncias de conteúdos sexualizados envolvendo crianças feitas pelo influenciador Felca, o que levou a Câmara dos Deputados a realizar [audiência pública](#) sobre o tema, com representantes do governo, Ministério Público, Judiciário, sociedade civil e parlamentares.

Entre as medidas previstas, o texto estabelece a remoção imediata de conteúdos ilegais ou impróprios, notificação de autoridades em casos graves, vinculação de contas de menores de 16 anos a um responsável legal e oferta de ferramentas de controle parental. Também proíbe o acesso de crianças e adolescentes a jogos com “*loot boxes*”¹ e prevê medidas para combater a adultização precoce no ambiente online.

A [redação final](#) aprovada incluiu no artigo 6º a exigência de que fornecedores de tecnologia previnam riscos de exposição a conteúdos que possam induzir ou incitar comportamentos danosos à saúde física ou mental de crianças e adolescentes, como violência, assédio, uso de substâncias, automutilação e suicídio, além de práticas de autodiagnóstico e automedicação. O projeto segue agora para sanção presidencial.

¹ Loot boxes são mecanismos de jogos eletrônicos que oferecem recompensas virtuais aleatórias mediante pagamento, e são comparados a jogos de azar por envolverem chance e imprevisibilidade sobre o que será recebido.

Por articulação do IEPS e da Frente Parlamentar da Saúde Mental, foi incluída uma emenda ao projeto aprovado para que as plataformas adotem medidas razoáveis para prevenir e mitigar riscos de acesso, exposição, recomendação ou facilitação de contato com conteúdos de autodiagnóstico e automedicação na internet. Evidências recentes indicam que crianças e adolescentes recorrem cada vez mais a apps e redes sociais para “checar sintomas” e obter rótulos diagnóstico.



Reação imediata na Câmara

Até o meio-dia da segunda-feira seguinte à repercussão do vídeo do influenciador Felca, que denunciou a adultização e exploração de crianças e adolescentes na internet, deputados **apresentaram 32 projetos de lei sobre o tema**. O episódio mostra como temas que geram forte mobilização social resultam em grande volume de proposições no Congresso. Esse movimento se conecta ao padrão identificado pelo **Radar Político da Saúde – A Saúde no Congresso Nacional em 2024**, iniciativa do IEPS e da Umane lançada em agosto, que mostrou que mais de um terço das matérias apresentadas em 2024 se sobrepõem a políticas públicas já existentes, revelando uma tendência mais ampla de repetição e baixa coordenação na produção legislativa.

Radar Político da Saúde

A SAÚDE NO CONGRESSO NACIONAL EM 2024

EDIÇÃO ESPECIAL

ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA



Câmara debate saúde mental das juventudes

Em agosto, a Câmara dos Deputados realizou a Mesa Redonda **“Saúde mental das Juventudes”**, em celebração ao Dia Internacional da Juventude. O evento foi uma ação conjunta da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental e da Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude, e organizado pelo IEPS e Child Mind Institute, com foco no fortalecimento da Política Nacional da Juventude e na promoção do protagonismo juvenil no Legislativo.

A programação reuniu parlamentares, gestores, especialistas, sociedade civil e jovens lideranças, e tratou de temas como impactos das redes sociais, aumento dos casos de ansiedade e depressão, desafios de acesso a serviços, medicalização, necessidade de letramento em saúde mental, intersetorialidade das políticas públicas e regulamentação do ambiente digital.

Audiência discute apostas esportivas e saúde mental

A Subcomissão Permanente de Regulação de Apostas Esportivas da Câmara realizou, em agosto, uma **audiência pública** para debater os impactos das apostas em eventos individuais, propaganda e vício em jogos, com foco em saúde mental.

Representantes do governo, do setor e de entidades de saúde apontaram riscos de dependência, especialmente entre jovens, e defenderam medidas como limites de depósito e tempo, mecanismos de autoexclusão, campanhas educativas, qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e regulação da publicidade e dos influenciadores. Também foi destacado o crescimento do jogo problemático no país e a necessidade de políticas sociais e preventivas baseadas em evidências científicas.

Conass discute Política Antimanicomial e desafios da RAPS

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) realizou reunião sobre saúde prisional e saúde mental para debater a implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, instituída pela **Resolução nº 487/2023** do Conselho Nacional de Justiça. Luciana Toledo, assessora técnica do Conass, destacou que o modelo atual de financiamento e assistência da RAPS não tem acompanhado o aumento da demanda pós-pandemia e a necessidade de acolher usuários de unidades em desativação, defendendo revisão dos critérios de habilitação e financiamento.

Marcelo Kimati, diretor de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, reconheceu que o impacto da desinstitucionalização foi subestimado e propôs revisar a portaria dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), sugerindo maior flexibilidade e uma pactuação para redesenhar a RAPS.

Judiciário divulga 2º relatório da Política Antimanicomial

O Conselho Nacional de Justiça publicou o **segundo relatório de monitoramento** da **Resolução nº 487/2023**, que instituiu a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. O documento aponta que 24 estados criaram comitês estaduais para acompanhar a execução da política. Dos 26 planos apresentados, 22 foram homologados, enquanto os demais seguem em análise ou aguardam reapresentação.

Alagoas implementa Política Antimanicomial com fechamento de hospital judiciário

Alagoas se tornou o segundo estado a implementar a Política Antimanicomial do Judiciário, ao encerrar as atividades do Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy, inaugurado em 1978. A medida integra o processo de desinstitucionalização previsto na [Resolução nº 487/2023](#) do CNJ, com transferência de pacientes para residências terapêuticas e substituição do modelo manicomial pela reinserção psicossocial de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei.

Atenção Especializada

Novidades do programa Agora Tem Especialistas

Em julho, foi aberto credenciamento para hospitais privados e filantrópicos interessados em prestar serviços especializados no SUS mediante contrapartida de créditos financeiros. Também foi realizado mutirão em 45 hospitais universitários federais, com mais de 10 mil exames, 1,2 mil consultas e 1 mil cirurgias. Além disso, o governo lançou novo edital do Mais Médicos Especialistas, com 1.778 vagas distribuídas pelo país e três mil bolsas de residência médica.

Em agosto, o Congresso realizou [audiência pública](#) para debater a [Medida Provisória 1.301/2025](#). Na ocasião, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apresentou os dez eixos do programa, que incluem a ampliação da capacidade de atendimento da rede pública, mutirões em hospitais universitários, troca de dívidas de hospitais e planos de saúde por serviços.

Além da expansão da telessaúde, investimentos em oncologia, formação de especialistas, utilização de unidades móveis, transporte de pacientes, avaliação dos serviços pelos usuários e fortalecimento da atenção primária. Também foi lançado o componente digital do programa, voltado à gestão de filas e acompanhamento da jornada do paciente.

Ainda em agosto, teve início o atendimento de pacientes do SUS em hospitais privados credenciados. Em paralelo, operadoras de planos de saúde também passaram a aderir ao programa, com a operadora Hapvida sendo a primeira a oferecer serviços em seis especialidades prioritárias.



Principais normativas publicadas sobre o programa Agora Tem Especialistas

- [Portaria de Pessoal SE/MS nº 478/2025](#) – designa membros do Comitê de Acompanhamento do programa.
- [Edital de Chamamento Público nº 25/2025](#) – credenciamento de estabelecimentos privados na Modalidade I do programa.
- [Portaria GM/MS nº 7.565/2025](#) – altera regras de adesão e funcionamento do Componente Créditos Financeiros.
- [Edital de Chamamento Público nº 3/2025 \(SGTES/MS\)](#) – adesão de médicos ao Projeto Mais Médicos Especialistas.
- [Portaria Conjunta MS/AGU nº 7.702/2025](#) – regulamenta o Componente Ressarcimento do programa.
- [Edital de Chamamento Público nº 4/2025](#) – adesão de operadoras de planos privados de assistência à saúde regulamentadas pela ANS ao Componente Ressarcimento ao SUS do Programa Agora Tem Especialistas

Saúde Suplementar

Indicações para diretorias da Anvisa e ANS

O Senado aprovou quatro indicações para as diretorias da Anvisa e da ANS. Leandro Safatle foi confirmado como diretor-presidente da Anvisa com 54 votos favoráveis e dois contrários; Daniela Marreco recebeu 59 votos favoráveis e uma abstenção; e Thiago Campos teve 49 votos favoráveis e cinco contrários. Para a ANS, Wadih Damous foi aprovado para a presidência com 38 votos favoráveis, 20 contrários e duas abstenções, e Lenise Barcellos Secchin foi aprovada para a diretoria com 17 votos favoráveis na Comissão de Assuntos Sociais e confirmação posterior em Plenário.

ANS publica 9ª edição do Panorama da Saúde Suplementar

A ANS divulgou a [9ª edição do Panorama da Saúde Suplementar](#), com dados referentes ao 1º trimestre de 2025. A publicação incluiu o lançamento do [Painel de Contratantes de Planos de Saúde Coletivos](#), que reúne informações sobre contratantes desse tipo de plano.

ANS define regras para reajuste de planos antigos

A ANS [estabeleceu os índices máximos de reajuste](#) para contratos de planos de saúde não regulamentados, vinculados a Termo de Compromisso. Para 2025, os percentuais são de até 6,47% para Medicina de Grupo² e 7,16% para Seguradoras, conforme decisão da 625ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada.

² Medicina de grupo consiste em operadora de planos de saúde que presta assistência médica por meio de rede própria ou contratada, diferente das seguradoras que operam no modelo de reembolso.

Vigilância em Saúde

Câmara aprova criação da Força Nacional do SUS

A Câmara dos Deputados aprovou a redação final do [PL 351/2019](#), que transforma em lei a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), criada originalmente pelo [Decreto nº 7.616/2011](#) para atuar em emergências de saúde pública. A proposta busca dar respaldo legal permanente à estrutura e segue agora para análise do Senado Federal.

Cobertura vacinal contra HPV supera média global

O Brasil [alcançou 82% de cobertura vacinal contra HPV](#) entre meninas de 9 a 14 anos em 2024, acima da média global de 12%, segundo a Organização Mundial da Saúde. Entre os meninos da mesma faixa etária, a cobertura chegou a 67%. A vacina protege contra diferentes tipos de câncer associados ao vírus e contra verrugas genitais.

Ministério da Saúde encerra oficinas sobre doenças crônicas

O Ministério da Saúde [concluiu o ciclo de oficinas](#) regionais com estados e municípios para ampliar a integração na vigilância de doenças e agravos não transmissíveis. Desde 2024, quatro encontros reuniram cerca de 250 participantes e reforçaram a importância do [Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030](#) (Plano de Dant), que prevê 226 ações e metas como reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças crônicas até 2030, diminuir em 10% o consumo abusivo de álcool e ampliar em 40% os municípios notificantes no sistema VIVA/Sinan.

Recursos Humanos

Ministério da Saúde inicia Censo da Força de Trabalho em Saúde

O **Ministério da Saúde deu início ao Censo da Força de Trabalho em Saúde (CFTS)**, ação piloto para mapear formação, funções e locais de atuação de todos os profissionais que trabalham direta ou indiretamente no SUS. O levantamento busca atualizar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e apoiar políticas de planejamento e gestão da mão de obra no sistema. A coleta de dados será presencial e remota, com 65 recenseadores treinados e estratégias específicas para regiões de difícil acesso.

Governo anuncia supervisão de cursos de medicina a partir do Enamed

Os ministros da Saúde e da Educação **anunciaram** que os resultados do Exame Nacional de Avaliação e Formação Médica (Enamed) serão usados para orientar medidas de supervisão de cursos de medicina com baixo desempenho. O exame é obrigatório para concluintes do 6º ano e, pela primeira vez, servirá como critério para seleção em programas de residência pelo Enare. Os ministros destacaram que houve um aumento exagerado de vagas nos cursos de medicina em faculdades privadas no governo anterior, sem critérios técnicos. Entre 2017 e 2022, o número de vagas passou de 25,5 mil para 46,2 mil.



Expansão de vagas em Medicina e os desafios de qualidade e regulação

O **Boletim Radar Mais SUS n. 4/2025 – Oferta e demanda no ensino superior em saúde no Brasil** mostra que, entre 2010 e 2023, o número de vagas em cursos de Medicina cresceu 3,6 vezes, sendo 82% dessa expansão concentrada no setor privado. No mesmo período, a concorrência caiu pela metade, passando de 32,9 para 16,8 candidatos por vaga, com destaque para a queda em instituições privadas: de 18,2 para 6,5. Além da expansão desordenada, os dados do ENADE revelam pior desempenho médio das instituições privadas (nota 3,1) em comparação às públicas (nota 3,9). Esses dados reforçam as preocupações com a qualidade da formação médica no país, ponto central das discussões sobre a criação de um exame nacional de proficiência.

Ministério da Saúde seleciona médicos especialistas para interior e regiões remotas

O Ministério da Saúde **selecionou 501 médicos especialistas** para atuar em 212 municípios dos 26 estados e do Distrito Federal. Do total, 67% reforçarão o atendimento no interior em áreas como cirurgia geral, ginecologia, anestesiologia e otorrinolaringologia. A distribuição priorizou o Nordeste, que receberá 260 profissionais (51% do total), seguido pelo Sudeste (125), Norte (66), Sul (26) e Centro-Oeste (24). Entre os selecionados, 25,7% atuarão em áreas de alta ou muito alta vulnerabilidade, 20% na Amazônia Legal e 9% em regiões de fronteira.

AfirmaSUS incentiva projetos de formação em saúde

O Ministério da Saúde lançou o **AfirmaSUS**, iniciativa que vai selecionar 160 propostas de universidades públicas para reorientar a formação de estudantes e desenvolver projetos voltados ao atendimento humanizado no SUS. Serão investidos R\$ 12 milhões, com 25% das propostas destinadas a instituições da Amazônia Legal. O programa envolve articulação interministerial com o Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Secretaria Nacional da Juventude.



Projeto Arquipélago forma primeira turma em Soure (PA)

O **Projeto Arquipélago**, iniciativa do IEPS em parceria com a UEPA e a Prefeitura de Soure, une saúde e educação para formar médicos comprometidos com a Atenção Primária em áreas de difícil acesso na Amazônia Legal. Em agosto, **foi concluída a primeira turma em Soure (PA)**, com mais de 300 pessoas atendidas em consultas, visitas domiciliares, campanhas e mutirões noturnos, além de encaminhamentos pela telemedicina da UEPA.

A vivência transformou o interesse dos alunos: antes da jornada, apenas dois afirmavam querer atuar em regiões remotas; ao final, todos declararam essa intenção. O projeto também fortaleceu a percepção de preparo para a APS, a compreensão dos determinantes sociais da saúde e a confiança na formação para contextos vulneráveis. Ele é financiado pelo Instituto Arapyaú e acompanhado pela rede Uma Concertação pela Amazônia

Mais Médicos amplia atuação em municípios e Distritos Sanitários Especiais Indígenas

Mais de 1.500 profissionais iniciaram [atividades pelo Programa Mais Médicos](#) em 987 municípios e 23 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). São 1.446 médicos para equipes de Saúde da Família e 53 voltados à saúde indígena. Do total, 1.139 já possuem registro no Conselho Regional de Medicina e começaram a atuar entre 27 de agosto e 5 de setembro, enquanto 359 intercambistas participarão do Módulo de Acolhimento e Avaliação antes do início das atividades.

Comissão debate PEC sobre agentes comunitários de saúde e de endemias

A comissão especial da Câmara realizou [reunião extraordinária](#) sobre a [PEC 14/2021](#), que trata da valorização de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O debate foi marcado por divergências quanto ao impacto financeiro da proposta nos municípios. A Confederação Nacional de Municípios alertou para custos estimados em R\$ 21 bilhões com aposentadoria especial e defendeu a federalização da categoria, enquanto parlamentares manifestaram apoio à PEC em reconhecimento à atuação dos profissionais.

Orçamento da Saúde

Executivo envia proposta orçamentária da saúde para 2026³

O **Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026**, enviado pelo Executivo ao Congresso em 29 de agosto, prevê R\$ 222,2 bilhões para despesas em saúde, alta de 5,8% em relação à dotação de 2025 (R\$ 209,9 bilhões). Os investimentos programados somam R\$ 12 bilhões, incremento de R\$ 986 milhões. As despesas correntes do SUS, que incluem pagamento de pessoal e demais gastos operacionais, passarão de R\$ 198,8 bilhões para R\$ 210 bilhões, aumento de 5,6%.

Entre as áreas finalísticas, a Assistência Hospitalar e Ambulatorial terá R\$ 91,6 bilhões, crescimento de 8% em relação a 2025, enquanto a Atenção Básica permanece estável em R\$ 45,7 bilhões. Já os recursos para Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia (R\$ 891 milhões) e Assistência aos Povos Indígenas (R\$ 1,4 bilhão) caíram 65% e 48%, respectivamente, em comparação ao PLOA anterior.

Atenção Primária

Conasems e Conass lançam vídeos sobre financiamento da atenção primária

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), divulgou uma série de vídeos voltados a gestores e equipes sobre o **modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde**.

³ Análise feita com dados extraídos do painel do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

O material aborda conceitos, objetivos, boas práticas e gestão de indicadores de qualidade nos sistemas de informação do SUS, e está disponível no canal +Conasems.

AgSUS investe em equipamentos para Unidades Básicas de Saúde

A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) **vai adquirir 180 mil equipamentos para mais de 5 mil Unidades Básicas de Saúde** (UBS), com investimento de R\$ 1,8 bilhão via PAC Saúde 2025. O edital prevê 10 mil combos com 18 itens estratégicos, como ultrassom portátil, desfibrilador e dispositivos para telessaúde, com entregas previstas a partir de novembro.

Saúde Digital

Rede Nacional de Dados em Saúde é oficializada e passa a integrar dados do SUS e da saúde suplementar

O governo federal oficializou, por meio do **Decreto n. 12.560/2025**, a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) como plataforma de interoperabilidade do SUS. Segundo o Ministério da Saúde, mais de 80% dos estados e 68% dos municípios já estão integrados, e foi anunciado que o CPF passará a ser utilizado como número único de identificação no sistema de registros do SUS. Em paralelo, o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciaram a **integração de dados de atendimentos da rede pública e da saúde suplementar** na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

A interoperabilidade ocorre em etapas: entre agosto e setembro, com inclusão retroativa de dados de 2020 a 2025, e, a partir de outubro, com transferência automática a cada atendimento. A medida integra o programa Agora Tem Especialistas e foi acompanhada da assinatura de portaria conjunta entre o Ministério da Saúde e a Advocacia-Geral da União que permite a conversão de dívidas de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde, estimadas em R\$ 750 milhões, em consultas, exames e cirurgias na rede pública.

PROJETOS DE LEI

O que foi apresentado no Congresso

Saúde mental

A saúde mental permaneceu em destaque na agenda legislativa com a apresentação de projetos e requerimentos em diferentes frentes. Entre as proposições, destacam-se o [PL 3294/2025](#), que proíbe microapostas, e o [PL 3684/2025](#), que cria a Política Nacional de Prevenção e Tratamento do Transtorno do Jogo. No campo digital, foram apresentados o [PL 3336/2025](#), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para reforçar a proteção online, e o [PL 3783/2025](#), que trata da regulação da inteligência artificial com foco na prevenção de danos à saúde mental.

Também foram protocolados projetos sobre comunidades terapêuticas (PLs [3428/2025](#) e [3391/2025](#)), ecoansiedade como questão de saúde mental no SUS ([PL 3396/2025](#)), padrões mínimos para unidades de acolhimento ([PL 3595/2025](#)) e garantias de atendimento especializado para transtornos mentais graves e fobias clínicas (PL 4238/2025).

No campo de fiscalização e controle, destacam-se requerimentos de informação sobre tentativas de suicídio entre crianças, adolescentes e povos indígenas ([RQS 507/2025](#) e [508/2025](#)), sobre a Rede de Atenção Psicossocial ([RIC 4633/2025](#)), sobre apostas esportivas ([INC 1850/2025](#)) e sobre a execução e financiamento das políticas públicas de saúde mental no SUS ([REQ 208/2025 - CSAUDE](#)).

Também houve indicações relacionadas à saúde mental perinatal ([INC 2083/2025](#)) e a demandas voltadas à saúde mental de homens trans e pessoas transmasculinas ([REQ 103/2025 - CDHMIR](#)), além de requerimentos para reabrir o debate de proposições arquivadas, como o [PL 3786/2024](#) sobre uso excessivo de tecnologia ([REQ 3172/2025](#)) e audiência pública sobre impactos das mídias sociais ([REQ 204/2025 - CSAUDE](#)).

Vigilância em saúde

Foi apresentado o [PL 3119/2025](#), que cria o Programa Nacional “Mais Vacina”, voltado a ampliar a cobertura vacinal e a manter doenças preveníveis por vacinas sob controle, eliminação ou erradicação.

Promoção da saúde

Na área de promoção da saúde, foi apresentado o [PL 3122/2025](#), que altera a [Lei nº 11.947/2009](#) para proibir a oferta de refrigerantes, bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados em instituições privadas de educação básica.

Orçamento

Na área orçamentária, foi apresentado o [REQ 60/2025 – CFT](#), que solicita a realização de audiência pública para debater o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Gestão e organização do SUS

Foram apresentados o [PL 3322/2025](#), que garante ao cidadão o direito de consultar e acompanhar em tempo real sua posição na fila de consultas, exames, procedimentos e cirurgias do SUS por meio de aplicativo ou site, e o [PL 3429/2025](#), que altera a [Lei nº 8.080/1990](#) para estabelecer diretrizes de enfrentamento ao racismo institucional no sistema de saúde.

Atenção especializada

No tema da atenção especializada, foi apresentado o REQ 1/2025 – [MPV 1301/2025](#), que solicita a realização de audiência pública para instruir a Medida Provisória que criou o Programa Agora Tem Especialistas.

Recursos humanos

No campo da formação e regulação profissional, foram apresentados requerimentos de informação sobre os impactos da expansão da força de trabalho médica ([RIC 5186/2025](#)) e sobre as penalidades aplicadas a cursos de medicina mal avaliados no Enamed ([RIC 5218/2025](#)). Também foi protocolado o [REQ 73/2025 – CAS](#), que solicita a realização de audiência pública para instruir o [PL 2294/2024](#), que trata da criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

**CONFIRA A EDIÇÃO ESPECIAL DO RADAR
POLÍTICO DA SAÚDE**

Radar Político da Saúde

**A SAÚDE NO CONGRESSO
NACIONAL EM 2024**

ACESSE AQUI

REALIZAÇÃO



UMCNE

APOIO



ESTE MATERIAL É UM PRODUTO



Radar Político da Saúde

Edição 7 | JULHO-AGOSTO/2025

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

IEPS.ORG.BR

Siga nossos perfis nas redes sociais



RIO DE JANEIRO

Rua Lauro Müller, 116
Botafogo

SÃO PAULO

Rua Itapeva, 286,
CJ. 82 Bela Vista

BRASÍLIA

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE



ESTRATÉGIA POLÍTICA